

OFICINA DE POESIA



exposição fotográfica
"Entre a forma e a função: a materialização da justiça"

Projeto de investigação
"Arquitetura judiciária e acesso ao direito e à justiça"

As fotografias e alguns poemas

revista
OFICINA
de
POESIA

N.º 16
série II

COIMBRA

2 0 1 2



Ficha Técnica

Directora Subdirector	Graça Capinha Jorge Fragoso
Conselho de Redacção	Carolina Fidalgo, Gisele Wolkoff, Graça Capinha, Jorge Fragoso, José Eduardo Gonçalves, Luciana Silva, Sandra GD
Conselho Editorial	António Amaral Tavares, Bárbara Matos, Bruno Santos, Carolina Fidalgo, Carolina de Jesus, Catarina Costa, Conceição Gomes, Conceição Riachos, Cristina Nery, Filipa Meruje, Gisele Wolkoff, Graça Capinha, João Archer, João C. Santos, João Paulo Guimarães, João Rasteiro, João Ribeiro, Jorge Fragoso, José Eduardo Gonçalves, José Emanuel Vieira, L. Altério, Lúcia Regateiro, Liliana Vasques, Luciana Silva, Manisha Pal, Margarida Amorim, Rita Grácio, Rute Oliveira, sandra guerreiro, Sandra GD, Teresa Fonseca, Vanessa Teotónio
Propriedade	Oficina de Poesia e Terra Ocre - edições
Edição	Palimage
Capa	Alemterra (alemterra@confrariadovento.com)
Apoio	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Reitoria da Universidade de Coimbra CES – Cento de Estudos Sociais – Laboratório Associado – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Contactos	Palimage: Apartado 10 032 3031-601 Coimbra Tel. / Fax 239 087 720 palimage@palimage.pt www.palimage.pt Oficina de Poesia: oficinadepoesiaop@gmail.com
ISSN	1645-3662
Depósito Legal	222090/06
Execução Gráfica	Palimage
Impressão	Artipol – Artes Tipográficas, Lda.



PALIMAGE É UMA MARCA EDITORIAL DA TERRA OCRE - EDIÇÕES



Oficina de Poesia

revista da palavra e da imagem

Palimage
A Imagem e A Palavra



EDITORIAL

Lembro-me da primeira vez que, para desafiar o seu entendimento do “poético”, propus aos/às participantes no Curso Livre “Oficina de Poesia” que experimentassem escrever um poema com linguagens que usualmente não se consideram “poéticas”. A diversificada formação disciplinar dos/as presentes não poderia ter sido mais útil mas, ainda assim, a primeira reacção foi de resistência: escrever com símbolos químicos? Com equações matemáticas? Com categorias geológicas? Usar categorias e nomenclaturas científicas? Colocar na mesma mesa, no mesmo nível democratizante, esses diferentes *puzzles* de representação do mundo (como se lhes referia o poeta norte-americano Robert Duncan)? E, além de perturbar a sacrossanta hierarquia dos saberes, atrever-se a mexer nas peças e, assim, interferir nas ordens desconhecidas, ou quase desconhecidas, daquelas imagens?

A verdade é que, à medida que o trabalho avançava – a partir dos textos que iam sendo trazidos de cada área de cada participante –, os resultados eram cada vez mais interessantes e divertidos. Afinal, como Lyotard concluiu, em *A Condição Pós-Moderna* (partindo de Heraclito, Nietzsche e Barthes), não só qualquer enunciado deve ser considerado como um “lance” feito num jogo (e podemos escutar os ecos de Mallarmé), mas este fazer do lance pode não servir para ganhar, antes e apenas servindo para o prazer de inventar (na fala e na literatura – uma vez que todo o vínculo social observável é feito de lances na linguagem, num

jogo em que as regras são o objecto de um contrato, explícito ou não, entre os/as jogadores/as).

E, por falar de regras e/ou de ordem, a grande surpresa ainda estava para vir: mesmo tendo por base textos recolhidos na área do Direito da *Comunicação*, a linguagem mais difícil de todas, aquela que mais resistia aos lances do nosso jogo, foi – e a conclusão foi unânime – a linguagem do Direito (e não, a da Matemática ou da Física, como todos/as esperavam). Mesmo implodindo a ordem, a proliferação interpretativa, que se verificava nas outras linguagens, era sempre limitada, muito limitada – demasiado limitada quando o objectivo é, precisamente, abrir para ordens outras, ordens ainda por descobrir ou conceber. Platão estava certo: o/a poeta não tem lugar na *República*. Talvez por isso, no seu *Fedro*, se perceba a necessidade de sair dos muros da cidade para falar da natureza comum da poesia e do amor: do que está fora da ordem da sabedoria humana, mas também, paradoxalmente ou talvez não, do que mais se aproxima da linguagem divina (segundo o filósofo grego, a bela e/ou a mais próxima da verdade). Tal como Fedro aprende no combate de palavras, que sempre subjaz a qualquer acto de linguagem, é esse o confronto permanente. E a linguagem do Direito – porque deve ser o epítome da sabedoria humana na *República* –, ciente desse combate (talvez mais do que qualquer outra área do saber) e da impossibilidade da verdade como absoluto, firma-se na sabedoria: na sua grandeza terrena, na dureza, que se pretende o mais límpida e clara, de uma linguagem que, ciente da limitação humana, pretende, mesmo assim, salvar-nos das nossas incapacidades e dos nossos erros.

Desde esse primeiro desafio, muitos outros houve: sempre com as mesmas dificuldades! Desta vez, nada de novo: nas 9 horas de sessões conjuntas, muita foi a discussão e muitas foram as queixas! As próprias fotografias eram “secas e duras” (como Pound queria para a poesia) e houve quem tivesse desistido. Mas,

mesmo que a essas horas se tivessem adicionado outras tantas de trabalho mais solitário, houve quem não se desse por vencido/a e os poemas estão aqui – a dar conta do combate. Decidiu-se ainda, para este número, combater também a representação fotográfica, chamemos-lhe, mais realista – daí as variações.

Mais uma vez, o espaço interdisciplinar do CES, que sempre acolheu as nossas sessões de trabalho e muitas das nossas iniciativas, produziu a diferença e, tal como Lyotard nos propunha já em 1979, permitiu-nos deslocar os limites da instituição universitária.

Graça Capinha



“Entre a forma e a função: a materialização da justiça”: retratos poemados dos espaços da justiça em Portugal

Os Tribunais, enquanto espaços arquiteturais, incorporam e representam a materialização das relações sociais e de poder estabelecidas no âmbito da justiça. Neste sentido, reclama-se que as teorias, concepções e representações do direito, da justiça e da administração da justiça sejam os principais factores por detrás da concepção e transformação dos espaços judiciais. Pelo que a evolução da arquitetura dos espaços onde se administrou e administra a justiça (seja a primitiva árvore da justiça, seja a casa da justiça inserida nos mercados medievais, seja o distante palácio da justiça neoclássico ou o contemporâneo *campus* de justiça) respondeu, historicamente, à legitimação do poder político de cada época, à legitimação da cultura jurídica e do poder judicial, à autonomização progressiva da função de julgar, à imposição de novas profissões (advogados, arquitetos), às evoluções processuais e tecnológicas e aos desafios económico-financeiros de cada período.

Contudo, refletimos pouco sobre estes espaços e há quem diga até que relacionar espaço, arquitetura, direito e justiça será estar a falar de um tema vago ou que, podendo até ser um tema interessante, será de importância discutível do ponto de vista jurídico. Se prestarmos atenção a alguns aforismos ou expressões, percebemos que as dimensões espacial, geométrica e visual estão sempre presentes: direito *vs.* torto (como as varas, seguradas pelos juizes, retratados no fresco dos Antigos Paços de Audiência de Monsaraz, Alentejo), a regulação, o fazer justiça por linhas tortas. O Direito e a justiça vivem, pois, de imagens, de formas,

de objetos, de sinais, de símbolos, de edifícios, que saturam a nossa cultura e que têm um poder próprio.

Para contrariar a percepção de estarmos perante um tema desinteressante e desligado da realidade, o Projeto de Investigação «Arquitetura judiciária e acesso ao direito e à justiça: o estudo de caso dos tribunais de família e menores em Portugal»* teve como objectivo geral analisar a arquitetura dos Tribunais Portugueses de 1.ª Instância, em especial os Tribunais de Família e Menores – ao serviço da comunicação, da acessibilidade e da legitimação do direito e da justiça. Não se procurava fazer uma análise, *tout court*, da evolução histórica dos edifícios dos tribunais portugueses, dado que esse tema foi já tratado por outros autores mas, sim, perceber as tendências de evolução, contextualizando-as no seio das teorias e concepções do direito e da justiça, para depois fazer uma conexão com a questão do acesso ao direito e à justiça – esse, sim, o nosso tópico principal de pesquisa. Esta é a inovação deste projeto: contextualizar espacialmente a questão do acesso, ‘fugindo’ à temática das custas judiciais, das reformas legais do sistema de apoio judiciário; e pôr na agenda da pesquisa a temática do espaço ao serviço do direito, da justiça e da administração da justiça. Entendemos que uma abordagem humanística e interdisciplinar pode dar-nos, assim, uma perspectiva diferente sobre o modo como pensamos sobre o direito e a justiça.

Para levar a cabo tais objetivos, os procedimentos metodológicos utilizados foram complexos e diversos – destacando-se a visita a 30 Tribunais de Primeira Instância com competência em Família e Menores (bem como a 5 tribunais de competência genérica, sem família e menores) de que resultou um acervo fotográfico impressionante e impressionante. De modo a não deixar

* Ref. COMPETE: FCOMP-01-0124-FEDER-009199, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia/COMPETE, coordenado por Patrícia Branco, que decorreu no Centro de Estudos Sociais, entre abril de 2010 e dezembro de 2011. Fizeram ainda parte da equipa de investigação: Paula Casaleiro, João Pedroso, Valerio Nitrato Izzo e Cláudia Pozzi.

‘cair em saco roto’ a imensa quantidade de informação fotográfica que reunimos, decidimos fazer a exposição fotográfica **“Entre a forma e a função: a materialização da justiça”**, que pôde ser apreciada entre os dias 20 e 30 de Setembro no piso 1 do Centro de Estudos Sociais (Coimbra).

Através de 15 fotografias, pretendemos dar conta do sentimento comunicante dos edifícios e dos seus diferentes espaços da justiça, onde salas de audiências, salas de espera, salas de acolhimento para crianças, entradas, escadarias e corredores se cruzam entre jogos de luz e de sombra – tempo e lugar, onde a justiça se concretiza todos os dias. As fotos não quiseram representar os *clichés* das secretarias lotadas com processos mas, sim, os espaços a que o público em geral tem acesso. As fotografias são também representativas da mudança do tempo, demonstrando as diferenças existentes entre os tribunais do Estado Novo e as tendências seguidas pelos tribunais mais recentes.

Mas a abordagem humanística e interdisciplinar não ficou por aqui. A Gisele Wolkoff lançou-nos um desafio – que aceitámos imediatamente e de bom grado – ter a “Oficina de Poesia” a criar uma série de poemas a partir das fotografias da exposição. Foi assim que os/as “Oficineiros/as” criaram os poemas que fazem parte deste número especial da *Oficina de Poesia. Revista da Palavra e da Imagem*. Numa fase prévia, uma seleção de 15 poemas pôde ser apreciada na *performance* que os/as “Oficineiros/as” conceberam para o dia da inauguração da exposição (20 de setembro), a que se seguiu a exibição dos poemas em conjunto com as fotografias. A totalidade dos textos pode agora ser apreciada neste número especial.

É devido, pois, e com justa causa, um agradecimento caloroso a todos/as os/as “Oficineiros/as”, agradecendo em especial à Professora Doutora Graça Capinha, à Gisele Wolkoff e à Luciana Moreira por esta entusiasmante proposta.

Patrícia Branco



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 1 – Tribunal Judicial de Alijó – 1966





António Amaral Tavares

É como um ponto final
toda a nobreza exterior do edifício
traduz-se em silêncio

três pórticos altos poderiam ser
a chama de uma reticência
que atravessa quem entra

quem passa de carro na estrada
em frente desconhece esse lume frio

mas sabe que é às vezes um gume
uma espada o silêncio idêntico destes edifícios.

(Fig. 1)

Licinia Regateiro

Mulher com balança

O processo do olhar
numa percepção sensorial
testemunha no teatro
branco e negro
da responsabilidade
duas vias
num céu em turbulência
domínio do crime
manipulado
manipula-dor
dilação na ausência

(Fig. 1)

Carolina Fidalgo

caixa branca paralelepipedica
a justiça é
sustentação intercalada com visão
um dos mais graves conflitos
(onde está? onde está –) a estrada
como justiceiros confrontam
trilho negro, riscado de fugas (onde –?)
o limite
à direita.

(Fig. 1)

Filipa Meruje

a Justiça vive em palácios
daqueles a sério
dos que têm colunas
e escadarias
e estátuas
estátuas com balanças por todo o lado
por todo o lado
que a Justiça é vaidosa
mas está sozinha
fechada no seu palácio por detrás de portas de ferro forjado
por detrás de persianas corridas
rodeada por canteiros abandonados
a estrada passa-lhe ao lado
e a vida também

(Fig. 1)

Gisele Wolkoff

colunas retíneas
janelas – seis em cada lado:
e o asfalto beirando o tempo.

(Fig. 1)



Varição: Oficina de Poesia



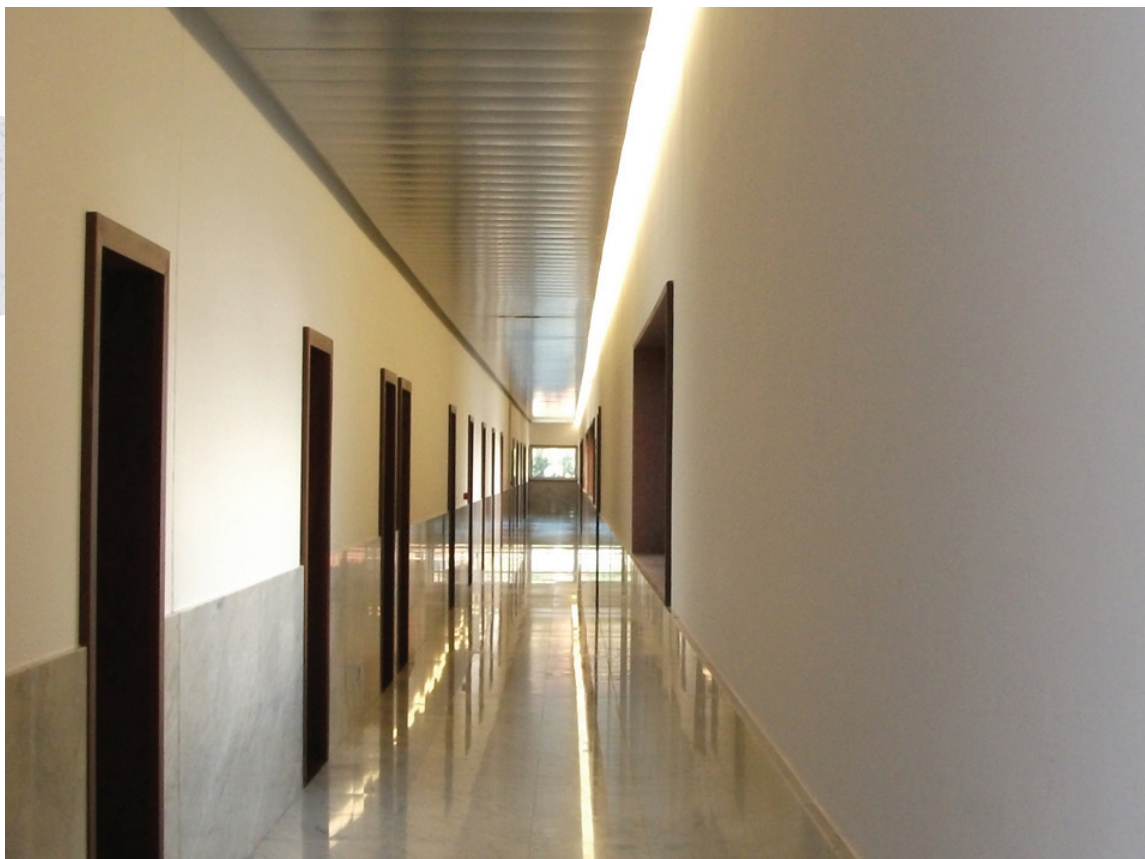


Fig. 2 – Corredor do Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão – 2007



Gisele Wolkoff

e o sol se
esgueirando
em mais de seis portas
em marfim –
onde o solo encontra o cobre do céu

(Fig. 2)

João Rasteiro

O interior do corpo é uma casta geométrica. O sossego aquilata o esplendor. A luz sufoca o milagre da malha. As válvulas indiciam a galeria do asfixio. Há uma linha amarela que pode ser a ténue sílaba do lugar. A utopia como o impudor do mármore.

(Fig. 2)

António Amaral Tavares

A luz é velada
como se quisessem recordar às pessoas
o valor do seu interior

o tecto em madeira poder-nos-ia
lembrar o tecto das primeiras palavras

é um corredor
e de um dos seus lados
sucedem-se portas no rigor
de uma igualdade severa

que a pedra do chão e do lambrim
alto tratam sem interrupções de unir.

(Fig. 2)

Licinia Regateiro

Sociologia das ausências em Kafka

tectos baixos
luz e sombra
num labirinto de ausência

no chão o fio cirúrgico
de Ariadne procura-a

múltiplas portas
possibilidades
ou
a impossibilidade
da comunicação

(Fig. 2)

Carolina Fidalgo

se a refração se atemorizasse
e se, do chão, se escapasse
é verdade que
noite fria alumiada
prevê limites
da linha guia que se some
independente dos actos
no corredor que se estende
se estende e estende
qual a porta mais negra?

a procura

(Fig. 2)

Filipa Meruje

o caminho é longo
o chão é frio e
a parede asséptica
mas há uma luz que nos guia e acompanha
ao longo do túnel há portas
uma por cada recurso
por cada buraquinho na lei
por cada subterfúgio
demasiadas
demasiadas portas e demasiado tempo
máquina demasiado pesada e mal oleada

(Fig. 2)

Teresa Fonseca

ouço agora os passos temíveis de Témis
no corredor arrastado de luz
e a matriz longa da lentidão

este é o tempo lento de Témis

o corpo tem olhos vendados
e portas escuras com vento
e sopra patas brancas
e balança os
cascos no mármore

os passos temíveis de Témis

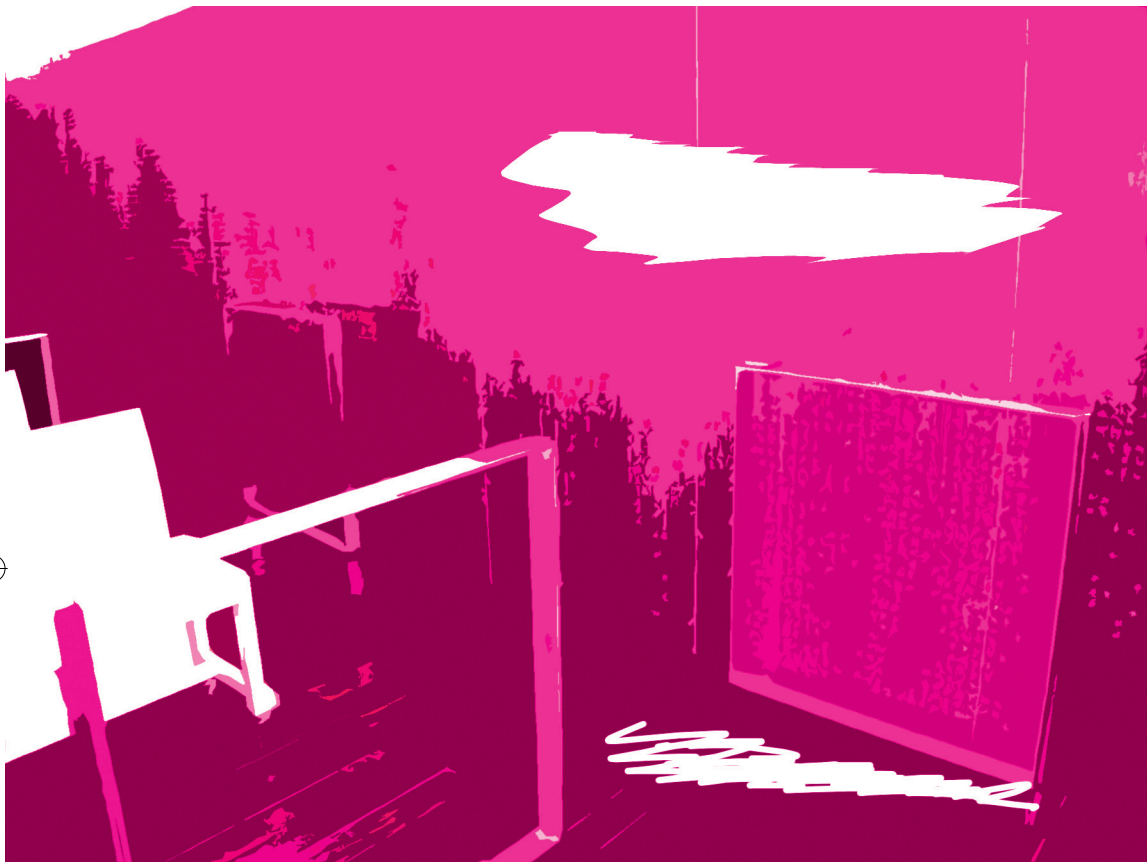
cada porta é
pó
pântano
penas

e há um buraco de luz inatingível

aumentam os processos pendentes

a justiça espreguiça-se ao longo da viela

(Fig. 2)



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 3 – Pormenor da cancela da sala de audiências do Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão – 2007



João Rasteiro

A teia enreda-nos até o coração sangrar a intimidade do espaço
que desfibra a arquitectura do sopro. Quadrículas do metal que
fulge aguardam os corpos sem voz. O castanho aviva o negro.
A teia é unívoca como luminosas cicatrizes de metal.

(Fig. 3)

Conceição Riachos

Não tem rosto
nem cheiro
aquele portão aberto
onde as palavras são
gumes
ou remorso
alguém pode passar
vestindo a espera
das cadeiras vazias

(Fig. 3)

António Amaral Tavares

É um pormenor vulgar
nas salas de audiência

uma sucessão de quadrados como divisória
tenta separar pela física o público dos juristas

ou unir pelo espírito da lei uns e outros
gostaria de dizer que há uma razão comum

entre a abertura da cancela e o branco da bancada

mas sei por descrença que a única razão
é o facto vulgaríssimo de estar a sala vazia.

(Fig. 3)

Carolina Fidalgo

crise da justiça,
linhas, contra-linhas,
como instância de
intercepções, limites tristes de
sistema social socialmente
minúsculas celas de caramelo
transparente

quem ousará olhar
de uma forma existente
a escuridão
um crime? Quem,
sob os pés e pedir
que o sistema e a prática
silenciosa, ansiosa
sintomas da –

abrir-te-ias por mim?

as barreiras que abrir nos põe

(Fig. 3)

Teresa Fonseca

a sala de pele atópica
a justiça de vísceras ocas
a balança que aprende o quadrado
a sala que ex pele

a dor

a audiência alaranjada
o espaço da contraluz
o martelo engasgado

no pulso

o lugar de sinais ancorados
a teia de cabelos em cactos
a espada de lâmina em cacos

os actos importantes
os passos anónimos
a lei de viseiras tortas
a sentença de viscosas tocas

há um processo judicial

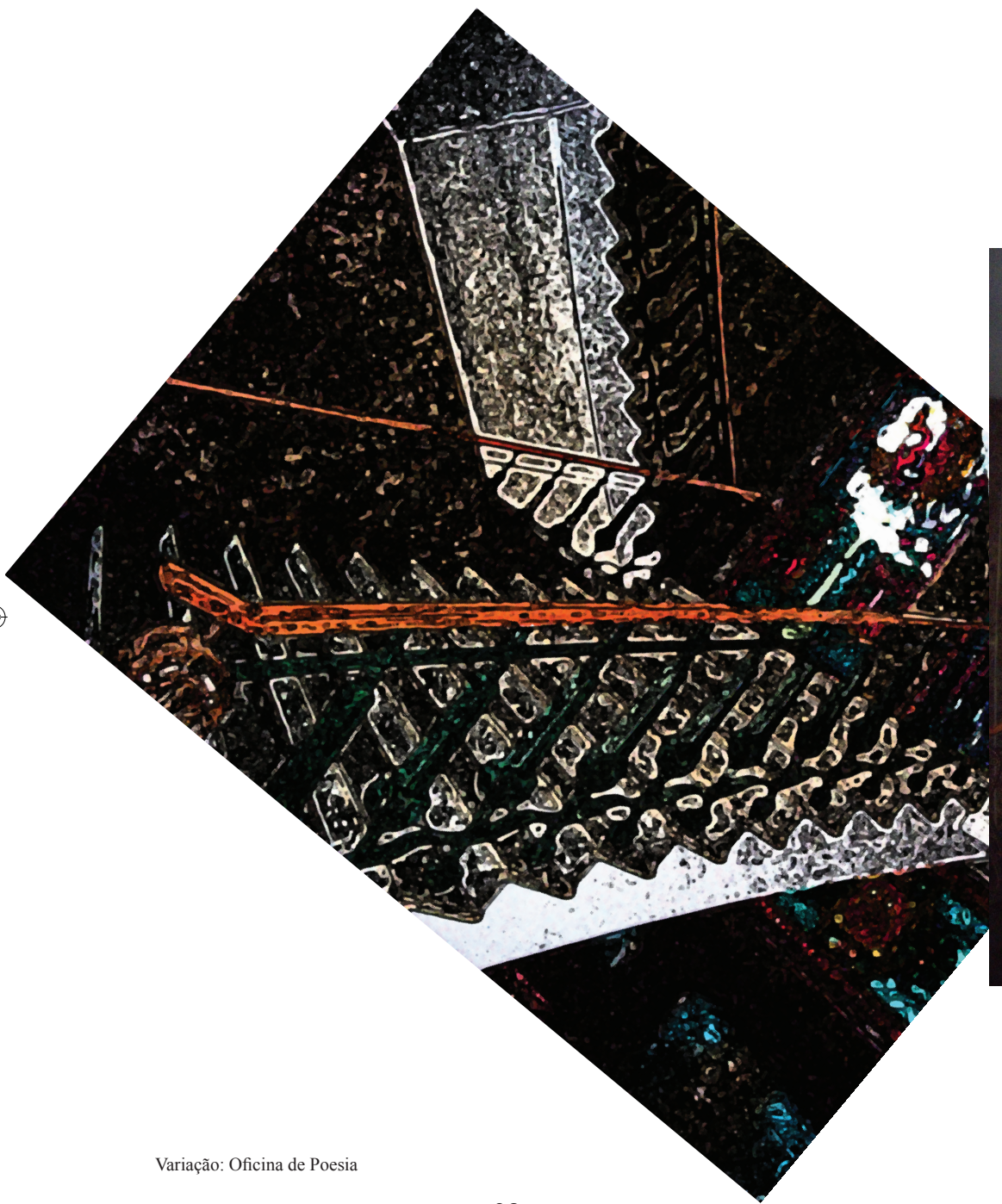
em curso

(Fig. 3)

Gisele Wolkoff

o branco do banco
des-imaculado
em bolhas quase manchas
na parede
que não é anti-sonora
o azul acinzentado
das barras de metal

(Fig. 3)



Varição: Oficina de Poesia



Fig. 4 – Escadaria interior do Tribunal Judicial de Alijé – 1966



João Rasteiro

Ao cimo os deuses esperam-nos como pássaros primordiais. A reverberação da escada talvez nos leve apenas aos demónios do verbo. Nos vitrais ousaremos sonhar o cerúleo da sílaba pois existem orifícios de luz e fogo. Aí será a superfície que sustém a ordem dos mitos. E nela principia a justiça e o mundo. E nela se produzirá um ruído aterrador.

(Fig. 4)

António Amaral Tavares

Há uma escadaria e um vitral
em toda a sua altura
nobres cada um à sua maneira

o azul celeste dominante do vitral
acende uma pequena chama
uma luz que é deste tempo de magistraturas

como numa idade de trevas outra houve
que sendo tão escura usava o mesmo azul
num tempo que foi de violência e fúria.

(Fig. 4)

Carolina Fidalgo

uma janela azulada
das ausências
e vidrada das representações
as ausências -
outras cores, ostentações

qual Verdade?

nem tudo o que traz luz
traz um pedaço de sol

é tudo o ponto de vista

tudo o que sobe
desce também

(Fig. 4)

Gisele Wolkoff

no tempo em que a escadaria
dobra
a luz
azul: e todas as luzes do sol
é só isso –
curvas retilíneas em verde
a contrastar com a base:
branco, branco, branco
(e tudo o que é opaco)

(Fig. 4)



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 5 – Sala de Acolhimento de crianças do Juízo Misto de Trabalho e de Família e Menores de Sines – 2009



João Rasteiro

Legos e logos. O oculto trevo onde o jogo deveria cessar para sempre. Jogo que a linguagem engendra para ludibriar o seu próprio decesso. Por vezes há o renascimento do espaço que empurplece sob a razão acidulada da equidade. O sangue alimentará a cria em sua velada inocência. O verbo está. O verbo é. A criação é a percussão do eco.

(Fig. 5)

Licinia Regateiro

Arco-íris de ausência

Miniatura dentro de uma bola de vidro
felicidade de neve na esferovite sacudida
rosa, verde, laranja
histórias de encantar
com final feliz
Onde
os roubos
as sovas
a fome
o tocar incómodo
não entram
rosa, verde, laranja
o país da minha infância

(Fig. 5)

Carolina Fidalgo

pintar de rosas e outras cores/flores
contendo gramas & gramas de paz
para a devolução da inocência

dizer que a inocência é
a liberdade de todas as cores

senta-te, pequeno, senta-te,
as cores – estás seguro aqui –
atravessam muitas fronteiras

(Fig. 5)

Filipa Meruje

cantinho cor-de-rosa
onde brincam crianças de vida escura

(Fig. 5)



Varição: Oficina de Poesia



Fig. 6 – Hall e Zona de Espera do Tribunal de Família e Menores de Coimbra – 1994



João Rasteiro

Aguarda-se pelos corpos originários. Talvez a imagem do vidro seja a exígua face em que se alimenta pele e língua. O lugar que se avivasse com uma arquitectura de leis ao centro. O espelho é áspero e voraz em seu reflexo. A imparcial luz que brota das palavras inócuas.

(Fig. 6)

António Amaral Tavares

Parece ser uma sala de espera
com tudo o que é preciso para esperar
o vidro do tempo e uma cadeira.

(Fig. 6)

Licinia Regateiro

“Being smarter, being better”
Wittgenstein

Concepção do mundo
construída
no juízo, na clareza

Destruição
das jaulas
dos monstros
que nos habitam

O império do intelecto
será Horizonte alcançado

(Fig. 6)

Carolina Fidalgo

não atire pedras quem tem
desdramatizados os telhados
de vidro,
a lentidão da justiça que
aqui, rodeados estamos
de paredes vítreas

os olhos entardecendo os relógios
a luz perde-se para dentro da sala
mas escasseia
e a Verdade não nos larga as mãos
que crime, sem nos alcançar

(Fig. 6)

Filipa Meruje

diz o cartaz
“Tribunal de porta aberta”
ali bem explícito
e sem sombra de acordo ortográfico
a única sombra aqui é de ergofobia
bem presente em gabinetes vazios
em que se barram portas com cadeiras e vasos de plantas

atrás da porta
quatro cadeiras sem gente
metidas num cubículo de vidro
com portas de vidro fechadas

quem esperasse seria enganado
o gabinete parece acessível
mas logo os reflexos
de grades nos vidros

é que em abono da verdade
a Justiça é indo ali pela outra porta
e com uma condição
depressinha que a secção fecha às cinco
Ah! outra coisa importante
à porta fechada
a Justiça de um lado
a vida do outro

(Fig. 6)

Gisele Wolkoff

São quatro as hipóteses
concentração zero
o invisível da porta –
a transparência: aflito!

(uma, outra e outra saídas)

(Fig. 6)



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 7 – Tribunal de Família e Menores de Coimbra – 1994



João Rasteiro

A linguagem é a sagrada prisão dos loucos que amam as paisagens que regressam pelo ventre fechado. Aí se respira as veias que acasalam os metais. Aquilo que estrangula da pedra ao aço é o espaço infundido. Uma crença no enraizado da cabeça.

(Fig. 7)

António Amaral Tavares

Desigualdade caótica
da fachada do edifício

harmonia e severidade perdem-se
para quem as procura no ruído destas formas

do interior nada se diz
mas poderá lembrar um com uma mosca em ruído persistente

isso e a árdua tarefa de aniquilar insectos voadores com um
[abrir
e fechar pesado do código penal.

(Fig. 7)

Licinia Regateiro

Combate
deficiências estruturais
betão armado
deficiências funcionais
múltiplas janelas
numa exigência de mentes dementes

Exige-se imaginação processual
instrumento da nossa racionalidade afetiva

Percorrer o longo caminho
da complexidade

Frustração
nos lugares da justiça

(Fig. 7)

Carolina Fidalgo

as colmeias são famosas
pela sua admirável organização
(protagonismo político)
há uma repetição
do padrão casa-cubo, cubo-casa

notícia de primeira
natureza-ineficiência
resultados tangíveis e observáveis

e pelo menos, penso
permitido o estacionamento
acessibilidade e democracia
defronte das células em bloco

(Fig. 7)

Filipa Meruje

grades
muitas grades
grades para cortar a luz
grades para esconder o ar condicionado
grades no parapeito

a Justiça está presa
por grades e burocracia

mas mesmo assim altaneira
olhando, entre as grades,
o mundo do cimo do seu pedestal
de colunas forradas a cartazes
resguardada do mundo por um edifício sujo
e por um sistema de segurança
que não deixa ninguém entrar

a não ser os guardas prisionais
e meia dúzia de litigantes
à hora da visita

(Fig. 7)

Gisele Wolkoff

A janela
que não é de casa
é
as muitas janelas
que não são
quem dizem
e um sinal...
– respeito?
“Pare” !!

(Fig. 7)



Varição: Oficina de Poesia



Fig. 8 – Sala de Audiências do Tribunal Judicial de Santarém – 1954



João Rasteiro

Em sua radiosa invisibilidade deuses decidem o fogo que sustenta a dobra da harmonia do mundo. Deliberam quais os corpos que servirão de mosto à renovação da terra. E o mundo rejuvenescerá puro nas leis que ateiam os animais nas estações do metal. E a equidade concebe-se contra a memória e o corpo. Trespassará toda a impureza.

(Fig. 8)

Licínia Regateiro

Retábulos
no templo do homem
rigorosas cadeiras
libertam a humanidade da sombra

Sombra.

(Fig. 8)

Carolina Fidalgo

ordem, decoro:
sintomas muito específicos
de figuras gloriosas
em tons de verde pastoso eternizadas
no topo da hierarquia

há que ordenar e encontrar
na lentidão consensual
uma Verdade que se há-de pregar

aos domingos e noutros dias de fé

assistem os crentes

(Fig. 8)

Filipa Meruje

cadeiras de espaldar erguem-se
da escuridão das madeiras que
presidem à sala sob
a sombra de algo
cristão no mural onde
um homem de negro brada à
multidão colorida como quem
tem medo da cor e
ama a monotonia das
madeiras trabalhadas e das
paredes brancas e das
múltiplas sancas do
tecto
a sala vazia de
ideias
a porta aberta à espera de
quem não chega
os microfones expectantes à espera de
quem não fala
só um homem brada
à multidão
inconsciente da sua
não-existência
a duas dimensões

(Fig. 8)

Gisele Wolkoff

O marfim do teto
deita o que de nós
é grito (lento)
e do povo
o silêncio estrito
da paisagem
que adorna a tela
à distância
de tudo
que não é.

(Fig. 8)



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 9 – Sala de Audiências do Tribunal de Família e Menores e Comarca de Cascais – 1998





João Rasteiro

Este é o lugar da blasfêmia. Aqui a geometria é um espaço que condiciona as falas que enxugaram as frechas do archote. E os cânticos são terríficos para os seres pasmados de fábulas. Este é o sítio onde a perspicuidade das estruturas é um ínfimo apólogo.

(Fig. 9)

Carolina Fidalgo

espera ao canto, serena, da caixa de madeira:
quer à absolvição um efeito de accionamento
em que se ordenam cadeiras, que esperam –
continuam à espera de uma decisão final –
espera ao canto, serena, da caixa de madeira
a pátria
enrolada num pedaço de pano.

(Fig. 9)

Gisele Wolkoff

Se a justiça
for uma bandeira
hasteadada a uma
quase tela branca
– a minha vida

Inteira!!

(Fig. 9)



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 10 – Tribunal Judicial de Santarém – 1958



João Rasteiro

Aqui encontrarás o horto e o código que atravessa o seu próprio impulso de voz. Eles te guiarão até à luxúria dos deuses. Por fim serás santificado mármore. O ocluso coração sangrará branco. O corpo será cremado nome. O espaço retomará as virtudes da sombra.

(Fig. 10)

António Amaral Tavares

A fachada é solene
e de tão perto a vista
há linhas de fuga que quase se encontram

muito próximas do olhar
duas figuras de pedra representam o povo
e lembram assim o sentido do lugar da lei

ao fundo um pórtico conduz ao interior o
granito das salivas onde as estátuas
deixam de o ser.

(Fig. 10)

Carolina Fidalgo

há uma ideia generalizada
de que as coisas se tornam mais dignas
se forem humanizadas

a Verdade existe
, mas mais à margem dos traços
que o desejo humano lhe oferta.

(Fig. 10)

Filipa Meruje

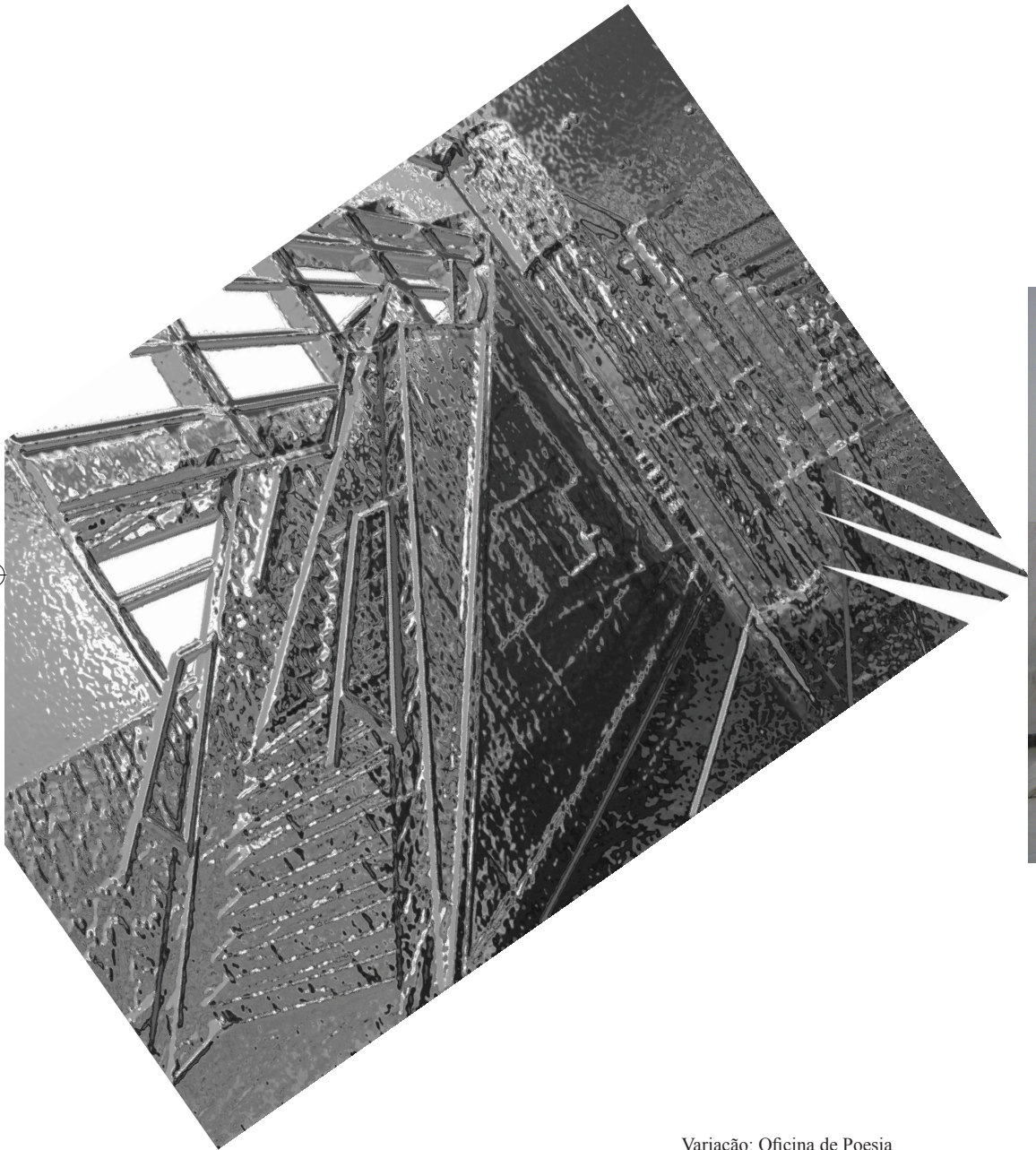
Quatro estátuas
guardiãs a pares
da porta de pedra
da casa da Justiça
branca casa de colunas fortes e
altas janelas esguias
bastião no meio da calçada
onde por vezes
a Justiça se esquece que mora e
por outras vezes torna
rendez-vous acordado
para discussões com a má conselheira Política ou
para encontros com os amantes Direito e Dinheiro
esquecidos que foram os dias passados com Prudência
as guardiãs não vigiam quem entra
olham para o lado resignadas
a Justiça vendeu-se
e elas nada podem fazer

(Fig. 10)

Gisele Wolkoff

Do que for tempo
– mistério
do que for nosso – isto!

(Fig. 10)



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 11 – Escadaria interior do Tribunal de Família e Menores e Comarca de Cascais – 1998

João Rasteiro

Há um silêncio que perdura. Há um lugar onde subsistirás granito de corpo irrevogável como uma unidade extasiada. Pilares ou escada: o poema é o mundo que construímos sob as guelras da pedra sacra em descomunais obrigações de volúveis labirintos que asfixiam as primaveras da fala. Que a respiração fosse sempre a travessia de um espaço em que ela própria fosse o hálito da outra face.

(Fig. 11)

António Amaral Tavares

Até onde pode a vista
o que se vê é a flor do mármore
séria e exuberante bela
alucinada

os pilares largos chamam carícias demoradas
e apetecíveis nas pétalas frias
mortais

há ainda uma escadaria para um piso superior
mas a nervura da nobre pedra
não deve mudar.

(Fig. 11)

Licinia Regateiro

Na escadaria
há uma Impossibilidade de calar
a raiva
que não se aprisiona
nas palavras

No mármore
as leis eternas
da justiça
violadas

Guilhotina dos princípios
mais puros

Ascese ou descida aos infernos

(Fig. 11)

Carolina Fidalgo

às vezes,
tentar saber o que fica
sobem-se escadas à procura
se passa na sociedade e
da luz que lhes inspira
o tema da lentidão
os tons sombreados
de garantias, a limitação
sem se dar conta
e a luz
ali está, morando ao lado.

(Fig. 11)

Filipa Meruje

Há uma porta na escada
dicromática do mundo
dicromático onde
a Justiça vive
Escada para lado nenhum
a não ser para a luz que
emana das janelas quadradas

a Justiça sobe-a todos os dias
vê o Sol aos quadradinhos
e pensa em atirar-se

também a desce todos os dias
pensando que há sempre um amanhã
sonhando com a maravilhosa porta na escada

um dia tentará abri-la
amanhã...

A coluna é testemunha
e vítima
do seu desespero
se até já despida de mármore foi
só para que a Justiça soubesse
que a escada não é pesadelo

e que não sonha

O sonho é a porta na escada
e o pesadelo não a poder abrir

(Fig. 11)

Teresa Fonseca

com os olhos
corro os dedos a partir da base

o pilar serpenteia-se pelo meu corpo
enche-me de mucosidade as pestanas do olho direito

e

.o réu tem competências de sobrevivência exóticas.

os meus olhos regeneram o mármore
os pilares
milhares de vasos capilares

e

.o réu tem manobras defensivas próprias.

os dedos a percorrer o corrimão
o aço ondulado da letra da lei a escorrer-me

e

.o réu torna-se sempre um lugar assustador.

(Fig. 11)





Fig. 12 – Campus da Justiça de Lisboa – 2009

João Rasteiro

Equidade: o verbo elogiando a sílaba que aflui em círculos como uma geometria transbordante à beira do espaço que queima. Uma lápide fásca nos casulos da voz que repousa em colossais câmaras de memória. Do ventre da terra precipita-se a erva que tornará fresca a sufocante boca do mundo. A utopia é a primeira lei do cosmos.

(Fig. 12)

António Amaral Tavares

A lápide em primeiro plano próximo do chão
não deixa de ser clara e poderia indicar
o lugar específico de uma batalha

e não seria surpresa vermos esquecido na relva
um qualquer adereço de soldado
uma palavra o lembrete de um nome numa chapa

porque ao longe é clara a visão de edifícios em linha
erguidos em aço e vidro como baluartes de uma vida inteira
ou máquinas de um exército de salvação terrena

e a lápide então poderia dizer daquele terreno vasto
que tanto é *campus* de justiça como terra de ninguém.

(Fig. 12)

Carolina Fidalgo

injustiçado
desde a fase de julgamento
cubo de pedra

introduzidas as reformas,
escreveram-lhe um nome em cima –
introduzidas as leis,
esperaram que se convertesse nele –

mas onde está a justiça que se diz
ter alcançado os resultados propostos
não se deixa ver, quando tudo o que se vê
da sua casa
as estatísticas mostram:
inúmeros retratos esp(a/e)lhados
da cara do céu,

será que da criminalidade mais grave
só se vê o céu?

(Fig. 12)

Gisele Wolkoff

E, morta a natureza,
(sobre)vive a pedra
anterior e posterior
ao caminho
onde em seu meio
havia uma pedra.

(Fig. 12)



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 13 – Tribunal da Comarca de Grande – Lisboa Noroeste (Sintra) – 2005





João Rasteiro

Eis o templo. Os homens jazerão à sua volta, entre a potência e o vazio. Lá dentro, sem jugo, o verbo, a palavra, o enigma em explosão redentora dos mais audazes demónios em seu excelso espaço. O céu vai colocando um véu de nuvens inclassificáveis. Como uma luz iluminando o horizonte do reflexo, o templo é a sua energia e alimenta-o.

(Fig. 13)

Conceição Riachos

Fecho os olhos
na
derradeira ponte
onde
deambula a oferenda
na
pirâmide cortada
do
lado da crença
na
ilusão da travessia
nenhum deus
no
desamparo da solidão
e o
vértice ao encontro
do
sol

(Fig. 13)

Licinia Regateiro

No cimo da colina
a casa

o caminho
lugar de violência
lugar de vileza

há o perigo da irrelevância
há o colapso da comunicação

(Fig. 13)

Carolina Fidalgo

os deuses decidiram habitar
dos processos findos
um monte verde, colosso
solução definitiva
para ficarem mais próximos
do céu

duração igual ou superior a –
este número sobe para –
a Verdade mudou-se
das medidas adoptadas,
dizem eles que (mostram, também)
ela ‘anda por aí’...

(Fig. 13)

Filipa Meruje

num mar de relva
ergue-se uma ilha
sustentando o novo covil da Justiça
dividido em dois
covil claro e covil escuro
para o bom e para o mau
sob um céu nublado
uma escadaria cinzenta
faz a ponte com lado algum
e com coisa nenhuma
ficando a moradora isolada
no seu altaneiro covil dicromático
mesmo assim
a má conselheira Política
e o amante Dinheiro
alcançam-na em jangadas improvisadas
com desculpas esfarrapadas por velas
e desviam-na do recto caminho
indiferentes à ajuizada Prudência
e ao fiel amigo Direito

(Fig. 13)



Varição: Oficina de Poesia





Fig. 14 – Sala de Acolhimento de Crianças do Tribunal de Família e Menores de Almada – 2008





João Rasteiro

Há lugares cor de sangue onde os homens existem velozmente, mas se transformam em paisagens que se abrigam na geometria dos ângulos. Os dementes são os escolhidos e geram uma insondável ilusão de ordem. Eu irei pelo fogo à procura do pecado. O poema contra a extensão do logro. Sinto como a precisa cegueira iluminará a madeira dos crentes. O espaço do lenho aberto como a princípio que te abre. A criatura estende-se.

(Fig. 14)

Carolina Fidalgo

das coisas que ficam
algumas especificações analíticas
é esta a sala
é esta a mesa
redonda, clara madeira.
da análise sociológica
são estes os lugares, os objectos
(estudámos três, a discussão
sobre a problemática do espaço –)
que esperam
pela criança que há-de vir
(o desempenho que se inscreve
na complexidade de –)
jogar.

(Fig. 14)

Gisele Wolkoff

Terá sobrado
algum espaço
para brincar
após o terror
do que não é sol
e do que só está
no tempo
e na amarga ilusão
do silêncio?

(Fig. 14)



Varição: Oficina de Poesia



Fig. 15 – Sala de Conciliação do Juízo Misto de Trabalho e de Família e Menores de Sines – 2009



João Rasteiro

Os lugares permanecem separados apenas pela cíclica purga dos preceitos. No reflexo da bétula uma sombra em síncope atulha os casulos. Dos corpos se esvazia o espaço quando o espaço desvive. No exterior aguardam-se os próximos rogados seres que agoniam nas trevas. Todos serão reciclados no maduro seio dos deuses em seu pêndulo.

(Fig. 15)

Conceição Riachos

Aprendi a asa larga
rezei
 na berma do vento
 na parede branca
 na poeira do cansaço
nada a lembrar
 na batalha oblíqua
das esfinges

(Fig. 15)

António Amaral Tavares

É uma mesa rectangular
e assim será sempre que a ela
se sente quem para isso tenha uma razão

é uma mesa rectangular
e foi outrora uma árvore.

(Fig. 15)

Carolina Fidalgo

quiseram esconder as janelas,
um problema com causas múltiplas;
não fizeram grande esforço
têm sido implementadas medidas que eles
teimaram separar as janelas
com um pedaço de luz faz-de-conta

quiseram beneficiar das fontes de luz
lidaram com firmeza para a resolução,
trouxeram uma mesa alongada;
pelo crescimento contínuo da procura
desequilibraram a simetria
no contexto legal e judicial –
há certamente quem diga
‘senta-te, que a cadeira está à mão’.

(Fig. 15)

Índice

Editorial – Graça Capinha	5
“Entre a forma e a função: a materialização da justiça”: retratos poemados dos espaços da justiça em Portugal – Patrícia Branco	9
Fig.1 – Tribunal Judicial de Alijó – 1966	13
António Amaral Tavares	15
Licínia Regateiro	16
Carolina Fidalgo	17
Filipa Meruje	18
Gisele Wolkoff	19
Fig. 2 – Corredor do Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão – 2007	21
Gisele Wolkoff	23
João Rasteiro	24
António Amaral Tavares	25
Licínia Regateiro	26
Carolina Fidalgo	27
Filipa Meruje	28
Teresa Fonseca	29
Fig. 3 – Pormenor da cancela da sala de audiências do Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão – 2007	31
João Rasteiro	32
Conceição Riachos	33
António Amaral Tavares	34
Carolina Fidalgo	35
Teresa Fonseca	36
Gisele Wolkoff	37
Fig. 4 – Escadaria interior do Tribunal Judicial de Alijó – 1966.	39
João Rasteiro	40
António Amaral Tavares	41
Carolina Fidalgo	42
Gisele Wolkoff	43

Fig. 5 – Sala de Acolhimento de crianças do Juízo Misto de Trabalho e de Família e Menores de Sines – 2009	45
João Rasteiro	46
Licinia Regateiro	47
Carolina Fidalgo	48
Filipa Meruje	49
Fig. 6 – Hall e Zona de Espera do Tribunal de Família e Menores de Coimbra – 1994	51
João Rasteiro	52
António Amaral Tavares	53
Licinia Regateiro	54
Carolina Fidalgo	55
Filipa Meruje	56
Gisele Wolkoff	57
Fig. 7 – Tribunal de Família e Menores de Coimbra – 1994	59
João Rasteiro	60
António Amaral Tavares	61
Licinia Regateiro	62
Carolina Fidalgo	63
Filipa Meruje	64
Gisele Wolkoff	65
Fig. 8 – Sala de Audiências do Tribunal Judicial de Santarém – 1954	67
João Rasteiro	69
Licinia Regateiro	70
Carolina Fidalgo	71
Filipa Meruje	72
Gisele Wolkoff	73
Fig. 9 – Sala de Audiências do Tribunal de Família e Menores e Comarca de Cascais – 1998	75
João Rasteiro	77
Carolina Fidalgo	78
Gisele Wolkoff	79

Fig. 10 – Tribunal Judicial de Santarém – 1958	81
João Rasteiro	83
António Amaral Tavares	84
Carolina Fidalgo	85
Filipa Meruje	86
Gisele Wolkoff	87
Fig. 11 – Escadaria interior do Tribunal de Família e Menores e Comarca de Cascais – 1998	89
João Rasteiro	90
António Amaral Tavares	91
Licinia Regateiro	92
Carolina Fidalgo	93
Filipa Meruje	94
Teresa Fonseca	95
Fig. 12 – Campus da Justiça de Lisboa – 2009	97
João Rasteiro	98
António Amaral Tavares	99
Carolina Fidalgo	100
Gisele Wolkoff	101
Fig. 13 – Tribunal da Comarca de Grande-Lisboa Noroeste (Sintra) – 2005	103
João Rasteiro	105
Conceição Riachos	106
Licinia Regateiro	107
Carolina Fidalgo	108
Filipa Meruje	109
Fig. 14 – Sala de Acolhimento de Crianças do Tribunal de Família e Menores de Almada – 2008	111
João Rasteiro	113
Carolina Fidalgo	114
Gisele Wolkoff	115
Fig. 15 – Sala de Conciliação do Juízo Misto de Trabalho e de Família e Menores de Sines – 2009	116

João Rasteiro	119
Conceição Riachos	120
António Amaral Tavares	121
Carolina Fidalgo	122





ISSN 1645 - 3662



9 771645 366004 >

